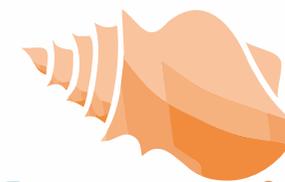


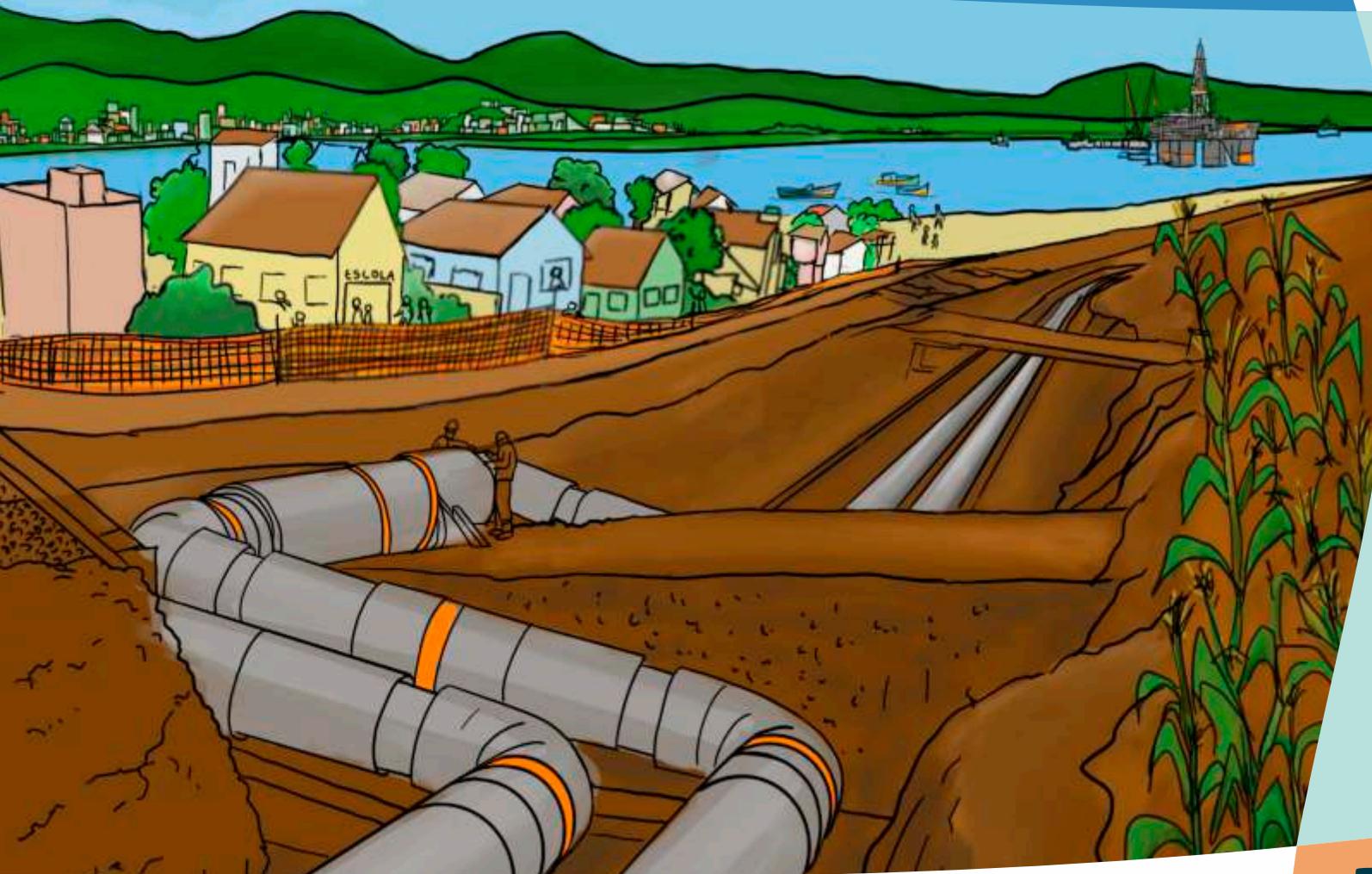
_comunica



Parmis

PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

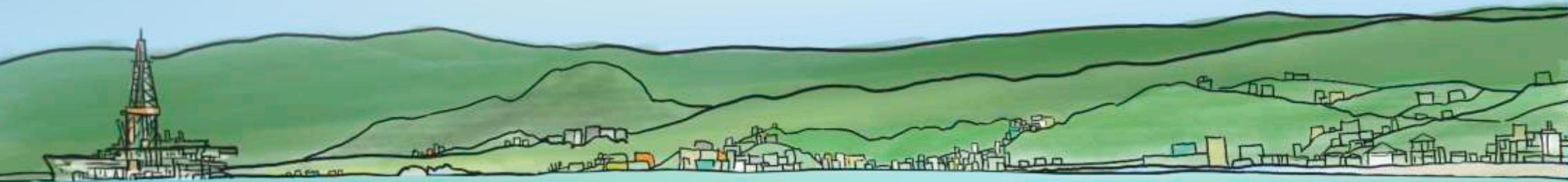
A equipe técnica do Laboratório Interdisciplinar Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade - MARéSS / FURG, por intermédio do Plano de Avaliação e Revisão da Mitigação de Impactos Socioambientais (PARMIS) tem a satisfação de apresentar a terceira edição da coletânea de oito boletins informativos. O "Comunica PARMIS" é uma novidade dinâmica de informação, criada com o objetivo de nos aproximar ainda mais da sociedade e divulgar ações e resultados do Projeto PARMIS. Tenha uma ótima leitura!



_comunica PARMIS

Vulnerabilidade Socioambiental

Boletim 3





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE FURG**

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

_comunica PARMIS

Vulnerabilidade Socioambiental

Boletim 3

Expediente

Coordenação Geral:

Tatiana Walter

Editoria de Conteúdo:

Bianca Caetano

Bianca Kernbeis

Diego Freitas

Indira de Ávila dos Santos

Juliana Hubner

Luceni Hellebrandt

Marília Silva da Costa

Matthews Rocha Mello

Naila Takahashi

Natália Barreto Rosa

Patricia Tometich

Rafaella Peglow Bubolz

Tatiana Walter

Editoria Gráfica:

Cristiane Netto Costa

Franciely Ledesma

Leon Gonçalves

Vania Pierozan

Seleção de acervo:

Venine Oliveira dos Santos

Matthews Rocha Mello
Natália Barreto Rosa
Vania Pierozan
(organizadores)

_comunica PARMIS

Vulnerabilidade Socioambiental

Boletim 3



Rio Grande
2023

© Matthews Rocha Mello, Natália Barreto Rosa, Vania Pierozan
2023

Design da capa, ilustrações, formatação e diagramação: Vania Pierozan

Revisão: Tatiana Walter, Patrícia Tometich, Cristiane Netto Costa

Ficha catalográfica

C741 _ comunica PARMIS: Vulnerabilidade Socioambiental: Boletim 3
[Recurso Eletrônico] / Organizadores Matthews Rocha Mello,
Natália Barreto Rosa, Vania Pierozan. – Rio Grande, RS : Ed.
da FURG, 2023.

31 p. : il. color.

Forma variante título: Comunica PARMIS: vulnerabilidade
socioambiental: Boletim 3

Modo de acesso: <http://repositório.furg.br>
ISBN 978-65-5754-185-2 (eletrônico)

1. Impactos socioambientais 2. Indústria do petróleo e gás
3. Licenciamento ambiental 4. Educação Ambiental 5. Pesca
artesanal I. Mello, Matthews Rocha II. Rosa, Natália Barreto
III. Pierozan, Vania IV. Título.

CDU 662.6

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos – CRB10/2344

Os textos publicados neste boletim - no que se refere ao
conteúdo, à correção ortográfica e linguística e ao estilo -
são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.



Na edição anterior do Comunica Parmis, vimos alguns exemplos de como os Projetos de Educação Ambiental (PEA) atuam sobre a realidade de grupos sociais que são impactados negativamente pelas atividades da cadeia produtiva de petróleo e gás que se desenvolvem no mar (*offshore*). Na prática, a atuação dos PEA se dá tanto sobre os impactos diretos desta cadeia, quanto sobre a vulnerabilidade socioambiental a qual estão expostos esses diferentes grupos sociais. Nesta edição vamos discutir sobre vulnerabilidade socioambiental, apresentando o que é esse conceito, alguns dos fatores que resultam em vulnerabilização socioambiental de determinados grupos e como os PEA atuam sobre esses processos.



o que é vulnerabilidade socioambiental?

Na gestão ambiental pública, o conceito de vulnerabilidade socioambiental tem sido um critério para definir grupos prioritários para a mitigação de impactos socioambientais negativos, causados pelas atividades petrolíferas *off-shore*.

A vulnerabilidade socioambiental é resultado de diversos problemas estruturais na nossa sociedade, que fazem com que alguns grupos sociais estejam mais desprotegidos aos riscos e impactos de atividades produtivas e de políticas ambientais. Os impactos socioambientais não atingem e nem afetam a todas as pessoas da mesma forma e o Estado nem sempre tem sido eficiente em garantir os direitos dos diferentes grupos sociais.

É importante reconhecer que existem fatores que geram ou agravam a vulnerabilidade socioambiental. Vamos conhecer alguns deles?



_fatores de vulnerabilidade socioambiental

Os fatores de vulnerabilidade socioambiental têm origem nas relações desiguais de poder, e não em características das pessoas. Com isso queremos dizer que ninguém é vulnerável por natureza, mas se encontra em uma situação de vulnerabilidade devido às desigualdades sociais e à insuficiência do Estado em assegurar direitos.

Esses fatores são resultado de processos históricos que foram produzidos e seguem sendo reproduzidos na nossa sociedade, e que se articulam entre si, afetando negativamente diferentes grupos sociais. Alguns desses fatores são o alijamento político, a destituição de acesso a renda, bens e serviços, a ausência ou ineficácia de instrumentos que protejam territórios tradicionais e o racismo ambiental.



_quais fatores de vulnerabilidade os PEA têm conseguido diminuir? Com quais ações?

Nas próximas páginas você poderá ler mais sobre as ações que os PEA têm feito para diminuir os fatores de vulnerabilidade junto a grupos prioritários.

Os grupos prioritários das ações dos PEA analisados pelo PARMIS são agricultoras(es) familiares, caiçaras, representantes e lideranças comunitárias, jovens ligados(as) à pesca artesanal, marisqueiros(as), moradores(as) de bairros periféricos, mulheres relacionadas à cadeia produtiva da pesca artesanal, pescadores(as) artesanais e quilombolas.

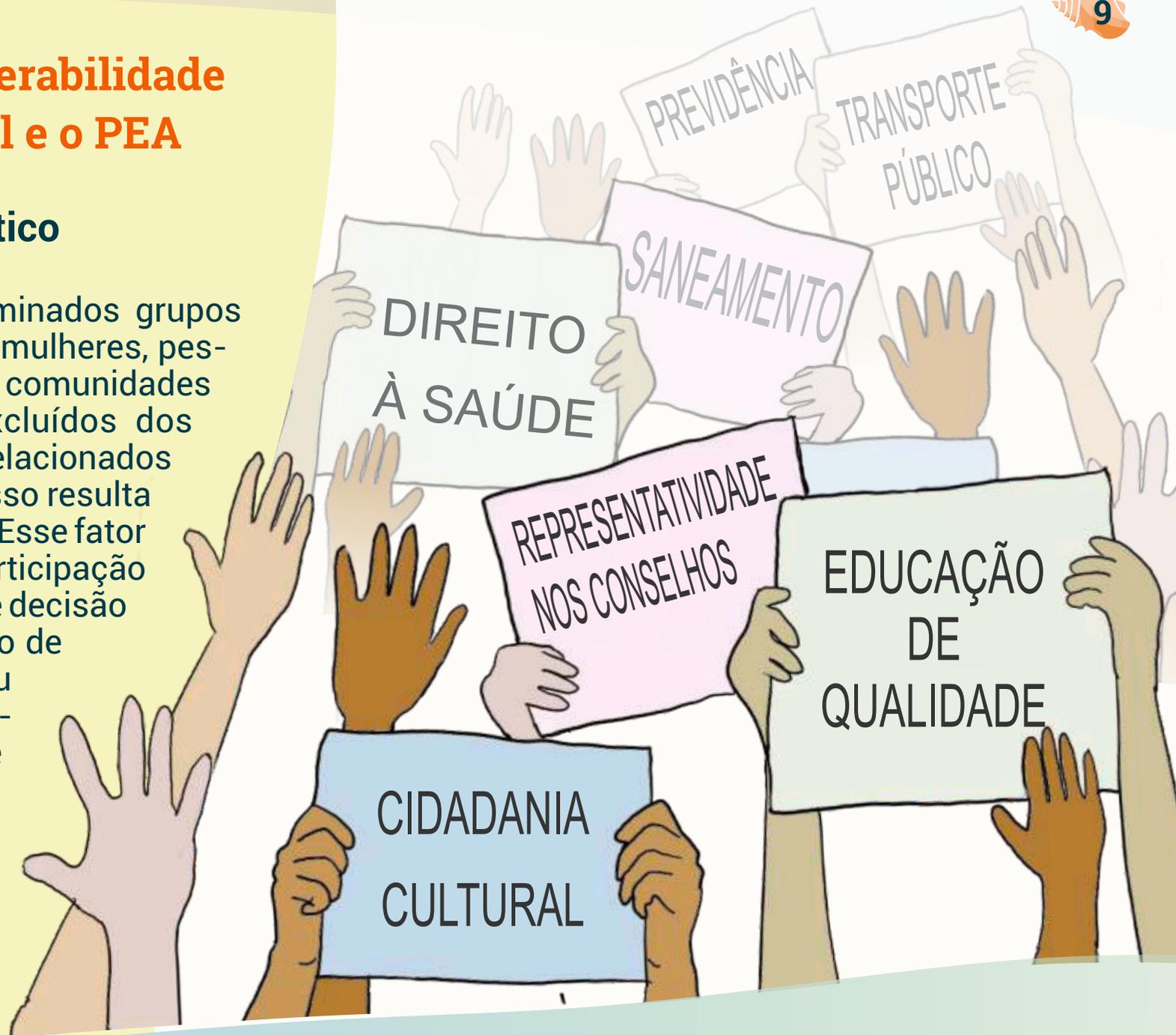


**Aponte aqui
para acessar os
demais boletins
do PARMIS.**

_fatores de vulnerabilidade socioambiental e o PEA

1. Alijamento político

Historicamente, determinados grupos - como, por exemplo: mulheres, pessoas negras, povos e comunidades tradicionais - são excluídos dos processos decisórios relacionados à sua própria vida, e isso resulta no alijamento político. Esse fator representa a baixa participação e pouca capacidade de decisão de alguns grupos junto de órgãos públicos e/ou econômicos, por exemplo, quanto ao uso e apropriação de recursos ambientais.



Ações:

Suporte para facilitar a participação de mulheres nas atividades do PEA, como fornecimento de transporte e alimentação adequados também para suas filhas e filhos, e desenvolvimento de trabalho pedagógico e arte educação;

Preparação de grupos tradicionais para monitoramento de espaços públicos de decisão;

Criação de grupos de monitoramento de processos de licenciamento ambiental;

Audiências Públicas para elaboração das leis orçamentárias.



Assista ao vídeo sobre Ecologia Política apontando a câmera do celular para o QR Code ao lado



“Sim, (o PEA) trouxe melhorias e ele ajuda a gente a expandir nossos horizontes, a reivindicar. Através do que a gente aprende aqui, a gente começa a ficar lá no poder público, reivindicando nossos direitos. Algumas coisas a gente conseguiu ver andar, ser desenvolvida e outras coisas ainda está no processo lento, mas está seguindo. (...) Audiências da câmara, audiências públicas, a gente sempre está lá.”

Mulher, 35 anos, branca, filha de agricultores familiares





“Por exemplo, agora nesse período, nós estamos montando... estamos já finalizando (...) um conselho de orçamento público. (...). Nós convidamos todas as associações para fazerem parte da formação desse conselho, e aí cada um colocou suas ideias. Nós fizemos o formato desse conselho e a gente está construindo, aí foi um advogado do PEA mesmo que tem nos auxiliado, e a gente está formando esse conselho que ele é deliberativo, não é participativo. Essa é uma das conquistas que vai causar impacto não só para mim como pessoa, mas para o município como um todo.”

Mulher, 51 anos, negra, artesã



2. Destituição de acesso à renda, bens e serviços públicos

Esse fator atinge principalmente populações periféricas, povos e comunidades tradicionais e se relaciona com a ausência ou carência de acesso a direitos sociais como emprego e renda, saúde, educação, proteção social, segurança alimentar e saneamento básico.



Ações:

Apoio à permanência de pequenos comércios locais, como loja de artesanato;

Estruturação de Planos de Negócios de empreendimentos comunitários ou locais;

Cursos e oficinas de: alternativas para melhor aproveitamento da cadeia produtiva dos pescados; beneficiamento de resíduos do pescado; produção de cupcake;

Melhorias na saúde a partir de indicações no Orçamento Público e desenvolvimento de políticas públicas: contratação de médicos; aquisição de aparelhos; reformas em postos de saúde e clínicas; contratação de ambulâncias; aquisição de insumos e medicamentos; realização de exames.

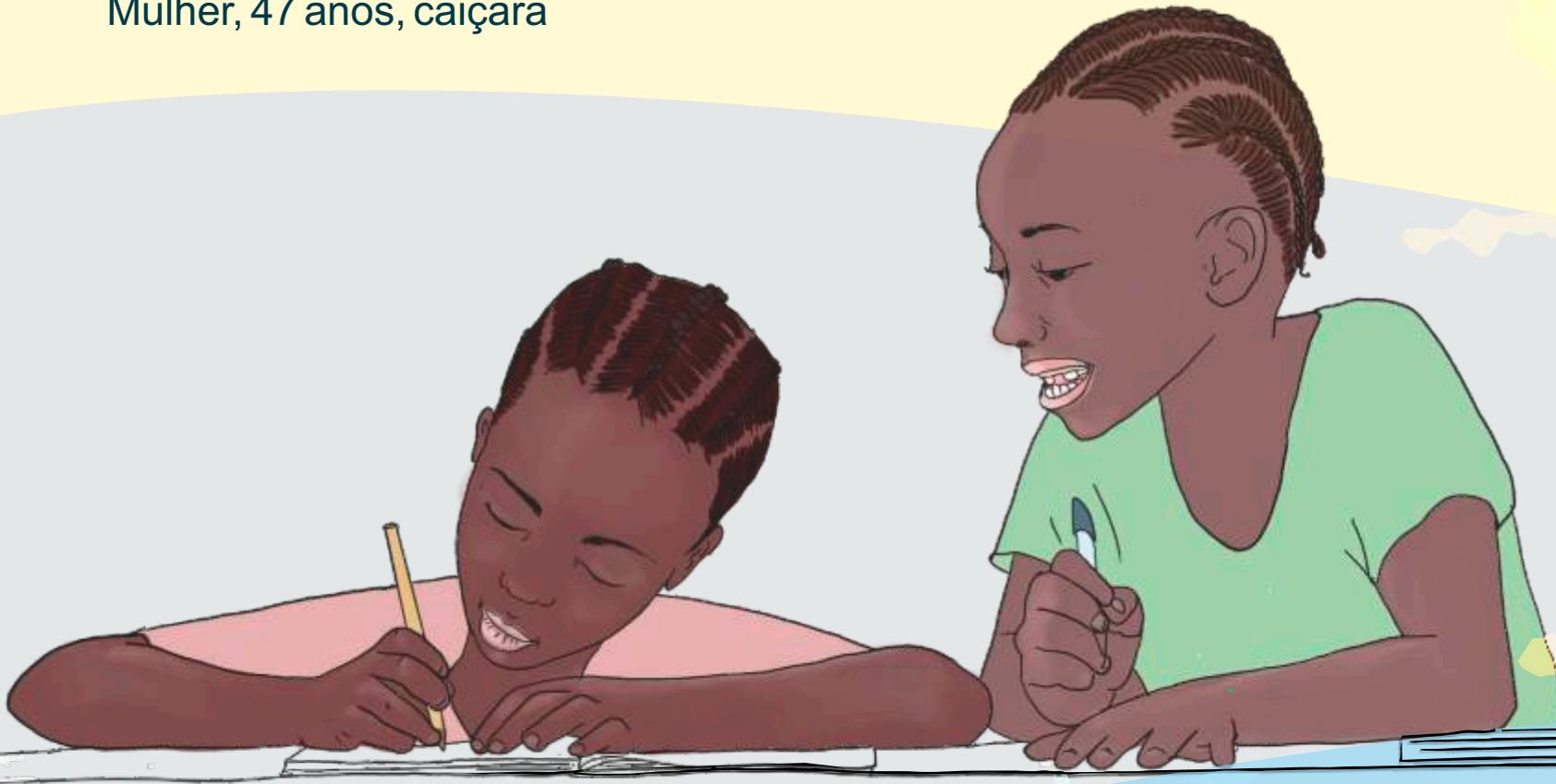
“Aqui, nessa rua, aqui não tinha lâmpada. Eu corri atrás, consegui botar uma iluminação aí. O ônibus também, esse ônibus também, a gente também conseguiu. [...] Mas nós estamos lutando por isso aí, que a gente não para, não. Nós temos conquistas. Ajudou muito (o PEA).”

Homem, 65 anos, negro,
agricultor familiar



“Um resultado muito bom foi na área da educação, que foi o ensino fundamental, a educação diferenciada que chegou nas comunidades. Foi meio que uma força tarefa também do PEA [...] e a gente foi, se reuniu com as mulheres, fez vídeos, colocamos na mídia, e isso ajudou a articular a chegada da educação diferenciada [...] porque lá só tinha até a quarta série, o quinto ano, hoje tem até o nono, isso não tinha, isso é um avanço.”

Mulher, 47 anos, caiçara



“Plano de negócio foi uma melhoria muito grande, porque a gente tem a mente às vezes um pouco fechada, então, as reuniões, as conversas, acabam abrindo a nossa mente. No verão agora, meu sogro pesca, meu concunhado, meu esposo só pesca quando desembarca. Então, eles pescando, tipo camarão, a gente pegou e fez empadinhas e vendemos no verão. E vendemos muito!”

Mulher, 25 anos, negra, marisqueira



3. Maior dependência do ambiente*

Povos e comunidades tradicionais possuem relações muito diversificadas com o ambiente em que vivem, tendo como característica a maior dependência desse ambiente para sua reprodução social. O problema é que o Estado é pouco eficiente ou omissivo em proteger os territórios tradicionais, por exemplo, ao dificultar a demarcação e regularização de terras.



*Apresentamos o fator conforme inicialmente tratamos na pesquisa para manter a fidelidade dos dados, mas na realidade, o fator que causa ou aumenta a vulnerabilidade socioambiental é a "ausência ou ineficácia de instrumentos que protejam territórios tradicionais".



Ações:

Disponibilização de contêiner para recepção de resíduos do pescado;

Apoio à implementação de Unidades de Conservação;

Apoio à estruturação de iniciativas de Turismo de Base Comunitária;

Proposição em reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente para vistoria nas ocupações irregulares nas margens de rios, prevenindo despejo de esgoto.



“ O PEA promoveu esse intercâmbio, as pessoas puderam conhecer, assim, tinham pessoas que falavam ‘meu sonho é conhecer o quilombo da Marambaia’, e conheceram através desse intercâmbio que o PEA promoveu. Então, como a gente fala, é agregar valor, fortalecer, foram várias atividades que o PEA promoveu (...) Então, são várias dinâmicas que agregam valores, e fortalecem as comunidades, tanto indígenas quanto caiçaras e a nossa, que é uma comunidade quilombola.”

Mulher, negra, quilombola

4. Racismo ambiental

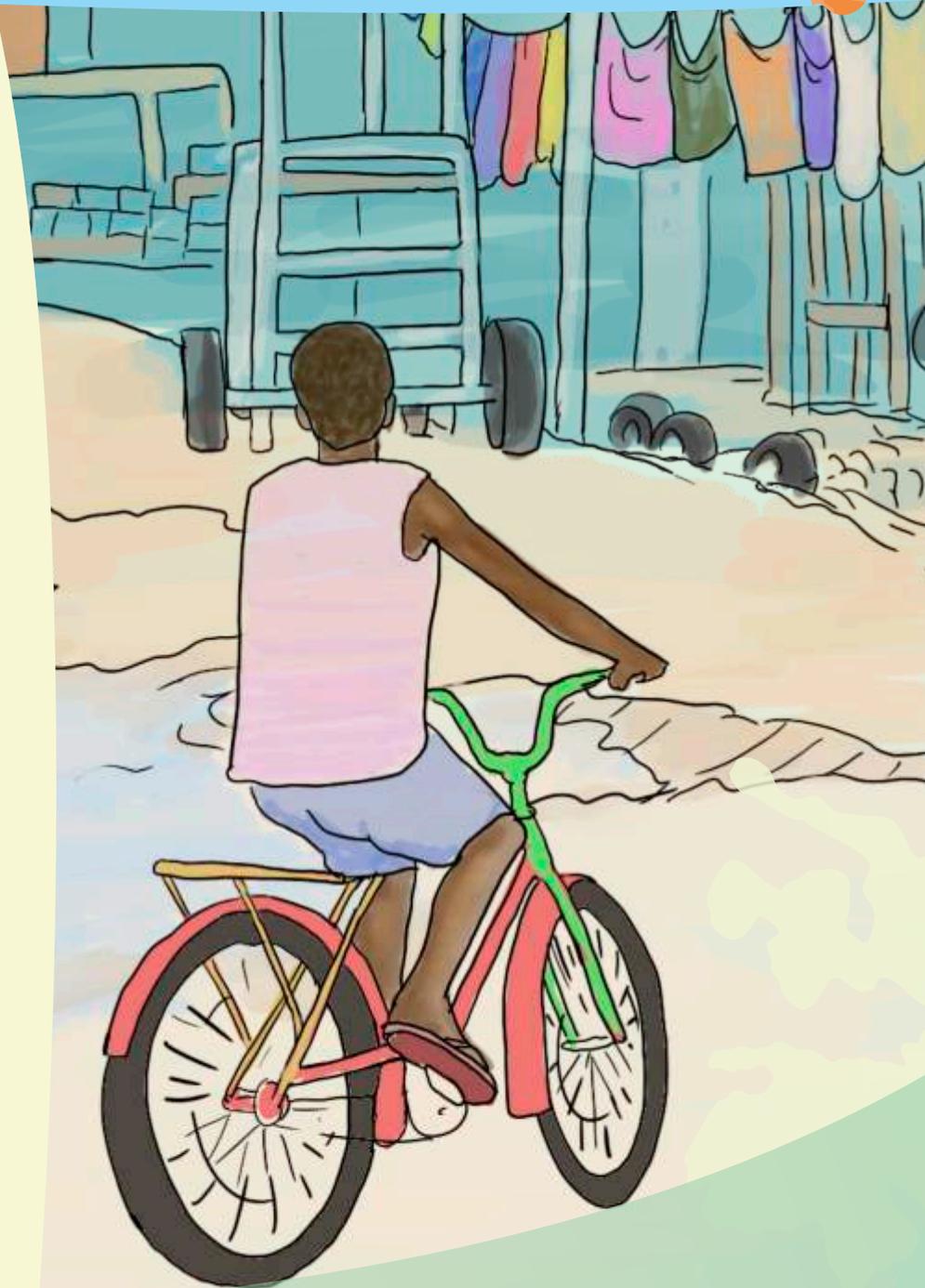
Esse fator trata da naturalização, por parte do Estado e da sociedade, de que certos grupos sociais são menos importantes para as instituições e organizações, e por isso recebem um tratamento desigual. Ele se manifesta sob diferentes práticas discriminatórias, e em razão desse fator, se assume que é aceitável que determinados grupos sociais sofram com a carência e ausência de políticas públicas.

No Brasil, o racismo ambiental pode estar ligado à cor da pele, etnia, cultura e origem e atinge negros, indígenas, pescadoras(es) artesanais, pessoas favelizadas, migrantes, entre outros grupos que também sofrem racismo por ser quem são.



<https://brn.ed/vce/raa/mb/raa/raa/raa/raa>

Posicione a câmera do seu smartphone para assistir o vídeo sobre o racismo ambiental do Canal Preto.





Ações:

Atividades de organização, formação e fortalecimento das identidades e culturas quilombolas;

Processos formativos: Grupo Gestor; Grupo de Acompanhamento de Obras; Identificação e Combate de racismo institucional; Desenvolvimento de Projetos de Geração de Trabalho e Renda; Articulações com Poder Público, Privado e com Sociedade Civil Organizada;

Apoio à demarcação de áreas de roça caiçara, contribuindo na produção de alimentos para subsistência e venda de excedentes.



“A gente teve também um evento cultural e também a nível nacional onde teve mais de 3 mil pessoas nesses dois dias, então assim, foi um marco pra comunidade. Até então, antes desse evento, nas repartições públicas do município, a gente não era reconhecido, depois de quase 10 anos a comunidade autodeclarada quilombola, mas a gente sequer era reconhecido dentro da repartição pública municipal. [...] Então, assim, a facilitação no caso vem através do projeto que ele nos abriu leques, e a partir daí a gente já começou a aprender a caminhar sozinho com nossas próprias pernas...”

Homem, 46 anos, negro, quilombola.

5. Outros fatores

Existem outros fatores, além dos apontados, relacionados com questões de gênero e sexualidade como o machismo e o sexismo; quanto à idade e geração como o etarismo; quanto à deficiência física e psicológica como o capacitismo; e muitos outros que se baseiam em diferenças sociais como crenças e práticas religiosas, nacionalidades e classes sociais, que geram maior vulnerabilidade aos impactos socioambientais.

Nos formulários eletrônicos do PARMIS, havia a opção de indicar outros fatores de vulnerabilidade socioambiental e as ações que os PEA realizaram para mitigá-los. Alguns dos fatores citados foram: desvalorização profissional; exclusão de gênero e geracional; exclusão digital; falta de informação e formação; misoginia; patriarcado; perda do território; e preconceito racial e cultural.



Para saber mais acesse o documentário "Eu sou pescadora", do Laboratório MARÉSS.

Ações:

Realização de intercâmbios entre as comunidades e de ações formativas agrupadas, promovendo grande articulação e troca de experiências e saberes entre as comunidades;

Cursos e oficinas de: controle social relacionado à saúde; questões de gênero; saúde das mulheres; sensibilização corporal;

Inclusão digital de Sujeitos da Ação Educativa (SAE).





“Então os jovens que eu fui levando pro projeto, muitos deles hoje cursam graduação, porque tiveram redação, tiveram comunicação comunitária, e isso tiveram onde? Na escola? Não, tiveram nos projetos, a questão social. Então começam a ter posturas de acreditar em si, de ter esse empoderamento acreditar que você é capaz, de mudar, e esse discurso, que não é só um discurso, é uma vivência, a gente adquire nos projetos.”

Mulher, 48 anos, branca, professora

_conclusão

Como vimos, os fatores de vulnerabilidade socioambiental são complexos e afetam as múltiplas dimensões da vida das pessoas. Na teoria, para facilitar estudos e análises, esses fatores são separados, mas na prática eles se relacionam e se amplificam. Por exemplo, o fator de alijamento político está relacionado com a destituição de acesso a renda, bens e serviços, na medida que a baixa escolaridade e baixa renda são obstáculos para participação política e social. Podemos assim dizer que esses fatores afetam a dignidade e a autonomia das pessoas e chegam a inviabilizar o modo de vida de determinados grupos sociais.

Neste sentido, ações desenvolvidas pelos PEA, como as citadas aqui, são importantes para minimizar a vulnerabilidade socioambiental de sujeitos(as) impactados(as) negativamente pelas atividades da cadeia produtiva de petróleo e gás.



No próximo boletim iremos tratar sobre cidadania e os PEA.

Acompanhe o nosso conteúdo também nas redes sociais.

  @projetoparmis

Editora e Gráfica da FURG
Campus Carreiros
CEP 96203-900
editora@furg.br



ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006.

FISCHER, J. V. Mensuração de impactos sociais: uma análise sobre a vulnerabilidade ambiental de comunidades de pescadores artesanais sujeitas aos impactos de empreendimentos costeiros. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Rio Grande). Rio Grande, 2016.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental Fortaleza, 20 a 22 de novembro de 2006. 15p.

IBAMA. Nota Técnica Nº 02/18 COMAR/CGMAC/DILIC. Subsídios para a aplicação da Instrução Normativa nº 02/2012 (IN 02/2012) para elaboração do Programa de Educação Ambiental (PEA) de empreendimentos no âmbito do Licenciamento Ambiental Federal (LAF). Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente, 2018.

ISBN 978-65-5754-185-2



Realização:



Parmis
PLANO DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DA
MITIGAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

LABORATÓRIO INTERDISCIPLINAR
MARÉSS
MAPEAMENTO EM AMBIENTES,
RESISTÊNCIA, SOCIEDADE E SOLIDARIEDADE



FURG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE



FAURG
FUNDAÇÃO DE APOIO À UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE



IBAMA
M M A



TRIDENT ENERGY

A realização do Plano de Avaliação e Revisão de Mitigação de Impactos Socioambientais (Parmis) é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA".